



Discernimento ético no magistério do Papa Francisco: uma reflexão teológica para o contexto atual

Ethical discernment in the magisterium of his holiness Pope Francis: A theological reflection for the current context

Mário Marcelo Coelho*
André Luiz Boccato de Almeida **

Resumo

O tema do discernimento tem sido refletido em vários campos e trazem alguns questionamentos para a reflexão ética teológica. Este trabalho tem como objetivo analisar o princípio do discernimento, a partir da reflexão teológica do Papa Francisco, como uma hermenêutica para o ensinamento ético e o agir responsável. Para ele, o discernimento além de ser um elemento fundamental da tradição cristã é antes de tudo uma forma natural ou espontânea que cada pessoa busca fazer para ter que decidir de maneira acertada nas condições em que se vive. O discernimento, deste modo revela sempre algo paradoxal e complexo presente no ser humano a ser praticado. Para o Papa é necessário que a Igreja assuma essa perspectiva para se aproximar da vida real das pessoas, onde as grandes questões emergem de suas consciências. A pesquisa salienta a importância central que o atual pontífice dá aos processos humanos no acompanhamento pastoral das pessoas na complexidade das situações em que se encontram. Para tanto, este artigo, propõe-se compreender o discernimento ético como princípio metodológico na reflexão teológica, com o intuito de elaborar uma determinada compreensão da consciência, como instância de discernimento, no comportamento moral do sujeito, a partir do paradigma da fraternidade.

Palavras-chave: Consciência. Discernimento. Responsabilidade. Fraternidade.

Abstract

The theme of discernment has been reflected in various fields and raises some questions for theological ethical reflection. This work aims to analyze the principle of discernment, from the theological reflection of Pope Francis, as a hermeneutics for ethical teaching and responsible action. For him, discernment, in addition to being a fundamental element of the Christian tradition, is above all a natural or spontaneous way that each person seeks to make the right decisions in the conditions in which they live. Discernment, in this way, always reveals something paradoxical and complex present in the human being to be practiced. For the Pope, it is necessary for the Church to take this perspective to get closer to the real life of people, where the big questions emerge from their consciences. The research highlights the central importance that the current pontiff gives to human processes in the pastoral accompaniment of people in the complexity of the situations in which they find themselves. Therefore, this article proposes to understand ethical discernment as a methodological principle in theological reflection, to develop a certain understanding of conscience, as an instance of discernment, in the moral behavior of the subject, based on the paradigm of brotherhood.

Keywords: Consciousness. Discernment. Responsibility. Fraternity.

Artigo submetido em 29 de maio de 2021 e aprovado em 16 de novembro de 2021.

* Doutor em Teologia Moral. Professor da Faculdade Dehoniana. País de origem: Brasil. E-mail: mariomarceloscj@gmail.com.

** Doutor em Teologia Moral. Professor na PUC São Paulo. País de origem: Brasil. E-mail: a.l.boccato@gmail.com.

Introdução

O tema do discernimento ético tem sido refletido em vários campos e trazem questionamentos para a reflexão teológica com repercussões no comportamento moral da pessoa. A pessoa responsável só insurge a partir de uma subjetividade de um sujeito moral que discerne e age. A pessoa existe enquanto capaz de ser moral, ou seja, de ser responsável dentro do seu contexto. O discernimento ético se entende como propriedade fundamental do ser sujeito responsável, cuja dignidade exige que aja de acordo com uma opção consciente, livre e por convicção pessoal, não por mera coação externa. (CONCÍLIO VATICANO II, GAUDIUM ET SPES - GS, n. 17).

Nosso estudo procura mostrar em que medida a teoria do discernimento ético, a partir do magistério do Papa Francisco, pode se consubstanciar numa nova ordem moral capaz de orientar o comportamento humano frente às situações que envolve a vida das pessoas, pois, para o Papa, aquilo que faz parte dum discernimento prático numa situação particular não pode ser elevado à categoria de norma (FRANCISCO, 2016, n. 304).

Este artigo visa refletir a perspectiva do discernimento ético da pessoa, no magistério do Papa Francisco que continuamente nos chama a tomarmos consciência dos nossos comportamentos e, portanto, da nossa responsabilidade. O Papa Francisco, sem desconsiderar a doutrina, aposta nos fiéis como sujeitos conscientes e responsáveis por suas situações (FRANCISCO, 2016, n. 3).

Propõe-se, por meio desta reflexão, compreender o discernimento como princípio metodológico na reflexão teológica, no intuito de elaborar uma determinada compreensão da consciência como instância, “*locus*”, de discernimento no comportamento moral do sujeito, a partir do paradigma da fraternidade.

1. O discernimento como princípio metodológico na reflexão teológica

O tema do discernimento tem ocupado a atenção dos contemporâneos diante da vasta possibilidade de decisão que os sujeitos podem ter no contexto de

possibilidades éticas. Esta constatação geral assoma-se ao fato de que em cada grave crise do século passado, a humanidade defrontou-se com profundos problemas.

Ter que decidir de maneira acertada nas condições em que se vive revela sempre algo paradoxal e complexo presente no ser humano. Este campo da decisão e do ruminar o decidido faz parte do alargado horizonte reflexivo da moral e da ética. A moral refere-se sobretudo ao conteúdo ou às respostas específicas que se aceitam como normativas para o comportamento. A ética, por sua vez, aponta para a maneira ou o processo de discernir a moral ou de como chegar às respostas específicas e o porquê (MAY, 2008).

As novas tecnologias da informação e telecomunicação deram origem a novos tipos de espaços, alterando a relação com o mundo físico e com as inúmeras situações complexas. Temos dificuldade de decidir porque, de certo modo, perdemos a visão do todo e, assim, não conseguimos discernir de forma adequada. Não conseguindo discernir adequadamente, sentimo-nos frágeis em nossa autonomia. Já que o discernimento está em função da decisão, esta só se entende a partir da liberdade fundamental do projeto, isto é, de uma liberdade situada em diálogo com outras liberdades.

No discernimento – dimensão fundamental da vida moral –, três questões devem ser consideradas: qual é o resultado ou a meta a ser alcançada? (consequencialista); qual é a obrigação ou o dever a ser cumprido? (não-consequencialista); qual indicação oferece o contexto ou a situação para que seja possível assumir uma postura ética? (contextualista). São três perguntas diferentes que orientarão a tomada de decisões de modos diferentes, com resultados diferentes; são instrumentos valiosos para a análise ética e explicam por que as pessoas chegam a conclusões morais diferentes diante de um mesmo fato (MAY, 2008).

No pontificado do Papa Francisco, a questão do discernimento, deixa de ser apenas uma aplicação prática da razão teórica à consciência para se tornar um verdadeiro lugar teológico (BLANCO, 2020), onde a pessoa atualiza a sua vocação cristã. O motivo desse reposicionamento central do discernimento dá-se pelo

motivo de que ele é o critério que dá a medida do espírito cristão no mundo, em detrimento às inúmeras tendências a que o ser humano cristão passa na sua experiência concreta. Pode-se dizer que o espírito autenticamente cristão contido num determinado programa de espiritualidade é determinado por aquilo que este programa nos diz acerca do discernimento (CASTILLO, 1978).

O tema do discernimento como caminho metodológico em Francisco deriva da sua compreensão de Igreja e Evangelho. Ao assumir a pastoral como magistério moral, ele faz uma opção muito clara para repensar tanto a identidade da Igreja quanto a identidade da ética cristã: dar voz à realidade, à prática, à experiência. Para ele, a teoria, o ideal abstrato e a dimensão objetiva da moralidade têm sua devida importância, mas não podem, de modo algum, ter prioridade na reflexão teológico-moral. A prioridade, para Francisco, é dada ao sujeito concreto na sua realidade concreta; ele redireciona a atenção da ética ao sujeito moral (ZACHARIAS, 2020).

Em Francisco, o discernimento da consciência possui uma perspectiva propriamente bíblica e prática, pois compreende que é o próprio exercício da liberdade que o cristão é chamado a fazer na sua experiência de seguimento de Jesus Cristo (FRANCISCO, 2016, n.304). Metodologicamente, no pontificado do atual Papa, o discernimento foi colocado como via ou caminho para se compreender a raiz última da eclesialidade: ser uma Igreja em saída (FRANCISCO, 2013, n.17.20). A prática do discernimento para Francisco não é apenas algo do sujeito e sua consciência em particular, mas um dinamismo mais complexo do mesmo na própria comunidade eclesial que o abraça (FRANCISCO, 2013, n.25).

Além de um processo de discernimento para a vida eclesial, o Papa Francisco também expande essa questão para um despertar com a questão da proteção da casa comum (FRANCISCO, 2015, n.13). O fato de redigir uma carta encíclica conclamando a todos para “renovar o diálogo sobre a maneira como estamos construindo o futuro do planeta” (FRANCISCO, 2015, n.14), por si só indica a sua sensibilidade para uma nova consciência crítica eclesial e mundial.

Deste modo, tanto no âmbito intra eclesial como no extra, verifica-se uma preocupação na busca pelo discernimento da consciência enquanto uma experiência formativa para o sujeito viver a sua vida no enraizamento concreto. Emerge da chave do discernimento um caminho – metodologia – a ser levado em consideração no labor teológico e pastoral. Assim, no itinerário formativo da consciência do sujeito, urge levar em consideração o aspecto da responsabilidade no agir ético rumo à fraternidade (ideal cristão), diante da atual cultura marcada pela fragmentação.

2. Discernimento da consciência e a responsabilidade no agir ético

Efetivando uma reflexão da história cultural ocidental, incluindo as muitas perspectivas da interpretação empírica e das ciências humanas, destacamos a imensa pluralidade conceitual do entendimento do discernimento. Temos a tentação de resolver simplesmente esta pluralidade de interpretações em uma unidade. A experiência do discernimento permanece um conflito de interpretações, por isto, a ética cristã deve esforçar-se em compreender a atividade intrínseca da experiência da consciência como instância, “*locus*”, de discernimento no comportamento moral do sujeito. Neste caso é que compreendemos o apelo do Papa da importância de deixar um espaço suficiente para que os indivíduos tomem decisões adequadas a respeito de suas próprias vidas (FRANCISCO, 2016, n. 37).

Em torno da categoria de “discernimento ético” elaborou-se também uma determinada compreensão da consciência. São duas as competências necessárias da responsabilidade que se reúnem na consciência: a competência de decisão e competência de orientação (MIRANDA, 1999).

Segundo Demmer,

a consciência é percebida como instância da inteligência (*Einsicht*), de decisão e de controle ao mesmo tempo. Neste amplo sentido, representa a consciência (*Bewusstheit*) moral, realizando-se continuamente na liberdade de decisão. Inteligência e liberdade compenetraram-se reciprocamente. A consciência é, então, aquela instância na qual com livre convicção alguém se decide por um princípio de ação, por um sistema vigente de valores, e coteja com esta opção fundamental, e assim as controla, todas as decisões seguintes, que são enquadradas nas diretrizes para a ação. A consciência, assim, considerada, não verifica

somente a conformidade entre a norma e a conduta, mas entende este processo de verificação a todas as condições e a todos os supostos objetivos e subjetivos. (DEMMER, 1989, pp. 39-40).

O discernimento ético tem fundamento em função da busca de um sentido ao conjunto das manifestações do comportamento humano. A vida humana é inseparável da sua interpretação. O sentido ético-cristão está exatamente em viver o existir humano no discernimento da Verdade, na responsabilidade e no compromisso. O homem já possui, pela ordem da criação, a reta razão, a verdade das coisas que é próprio da sua natureza de criatura de Deus e a capacidade de discernir essa verdade e torná-la decisão prudente.

Segundo Ramón Garcia de Haro,

a consciência moral não é uma potência nem um hábito, mas um ato do nosso intelecto prático: o juízo através do qual ele aplica a luz dos primeiros princípios morais a cada um dos nossos atos, julgando sobre sua bondade ou maldade moral. (RAMÓN, 1984, p.85).

Em qualquer condição ou situação, subsiste no homem, sempre e acima de tudo, o dever de um discernimento ético. Perseverar nesse caminho supõe ter a consciência verdadeira e reta, ter a capacidade para a reflexão, juízo e decisão de buscar a verdade das coisas pelo desejo do que é bom, verdadeiro e honesto, ou seja, fazer “um juízo prático da razão sobre a moralidade da mesma ação.” (MAUSBACH, 1956, p. 197). A consciência moral coloca-se então com exigência do discernimento ético, levando a um compromisso para a sua atuação em cada contexto. Pelo discernimento a pessoa descobre os valores e indica-os como verdade a ser praticada naquele contexto.

Segundo Zacharias:

É preciso renunciar à tentação de controlar todos os espaços e iniciar processos que favoreçam a liberdade responsável, a autêntica autonomia e o crescimento integral, processos que permitam à pessoa ter consciência de onde ela se encontra em sentido existencial, onde está posicionada ‘do ponto de vista das suas convicções, dos seus objetivos, dos seus desejos, do seu projeto de vida’ (AL, n.261). (ZACHARIAS, 2021, p. 28).

A consciência discernida e responsável é dotada das dimensões da personalidade humana madura. Coloca plenamente o homem diante de si mesmo e o guia a assumir a responsabilidade individual que o torna sujeito de suas próprias ações.

A consciência é assim experiência e testemunho de imperativo. O seu juízo compromete sem reservas: você deve, mas é uma imperatividade de autenticidade, de significação, de verdade, que exige e fundamenta a liberdade. É a voz que nos transcende. (MAJORANO, 2000, p.27).

É na interioridade que o homem transcende o universo das coisas, onde Deus, que sonda os corações, o encontra, e onde ele, na presença do Senhor, toma suas decisões.

A consciência é coloquial, dialógica e por isto coloca o indivíduo diante da objetividade da sua verdade pessoal. É na relação da consciência com a lei inscrita que consiste na subjetividade do agir ético cristão responsável, neste caso, o Magistério Católico consiste em apoiar as consciências na busca desta verdade, não impor-lha (2Cor 13,10). É preciso confiar na capacidade humana de discernimento na busca da verdade, pois, é na interioridade da pessoa que brota toda conduta que é fonte das palavras e comportamentos. (GS 16).

Na linha do Concílio, continuamente Francisco convida “a todos a serem ousados e criativos nessa tarefa de repensar” (FRANCISCO, 2013, n. 33), de crescer na sua interpretação da Palavra revelada e na sua compreensão da verdade. Ao enfatizar o desejo do Papa, Hoepers diz:

Cada pronunciamento, cada documento oficial e cada gesto do Papa estão fortalecendo uma visão coerente do papel da proposta moral da Igreja em relação à formação da consciência, aos processos de discernimento e ao seu modo de agir identificados com o Cristo misericordioso. (HOEPERS, 2019, p. 13).

É no discernimento que acontece o encontro com Deus, afirma o Papa Francisco:

Peço a todos os cristãos que não deixem de fazer cada dia, em diálogo com o Senhor que nos ama, um sincero exame de consciência. Ao mesmo tempo, o discernimento leva-nos a reconhecer os meios concretos que o Senhor predispõe, no seu misterioso plano de amor, para não ficarmos apenas pelas boas intenções. (FRANCISCO, 2018, n. 169).

A grande sugestão do pensamento ético apresentado pelo magistério do Papa Francisco consiste no “discernimento pastoral” das situações individuais, ou seja, na aproximação da doutrina à vida dos cristãos. Ao retomar o Papa João Paulo II, diz:

Saibam os pastores que, por amor à verdade, estão obrigados a discernir bem as situações (Familiaris Consortio, n.84). O grau de responsabilidade não é igual em todos os casos, e podem existir fatores que limitam a capacidade de decisão, por isso, enquanto se deve expressar claramente a doutrina, é preciso evitar juízos que não têm em consideração a complexidade das diversas situações e é necessário prestar atenção ao modo como as pessoas vivem e sofrem por causa da sua condição. (XIV ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO SÍNODO DOS BISPOS, 2015, 51).

O Papa sugere que é possível conciliar a base “doutrinal” e “pastoral” da Igreja enquanto proposta para a ação, ou seja, uma interpretação da doutrina para atender as pessoas em suas situações concretas, no intuito de formar consciência moral e responsável dos indivíduos em seus caminhos de vida cristã. Para Fumagalli, o Papa Francisco faz a distinção entre dois discernimentos, o pastoral e o pessoal. O discernimento pastoral consiste nos realizados pelo Magistério Católico; enquanto o discernimento pessoal é aquele exercido pelo sujeito moral que, enquanto cristão, busca a vontade de Deus na situação particular em que se encontra (FUMAGALLI, 2019).

A necessidade do discernimento admite evitar a indeterminação da norma geral em relação ao caso particular. Ao citar o ensinamento de São Tomás de Aquino, o Papa Francisco recorda:

Peço encarecidamente que nos lembremos sempre de algo que ensina São Tomás de Aquino e aprendamos a assimilá-lo no discernimento pastoral: ‘Embora nos princípios gerais tenhamos o caráter necessário, todavia à medida que se abordam os casos particulares, aumenta a indeterminação [...]. No âmbito da ação, a verdade ou a retidão prática não são iguais em todas as aplicações particulares, mas apenas nos princípios gerais; e, naqueles onde a retidão é idêntica nas próprias ações, esta não é igualmente conhecida por todos [...]. Quanto mais se desce ao particular, tanto mais aumenta a indeterminação. (FRANCISCO, 2016, n. 304).

Para o teólogo Josaphat,

todos serão teodidatas (1Jo 6,45): a docilidade ao Espírito, a autenticidade da consciência e a obediência à Igreja, essa trilogia de atitudes qualificam o sujeito ético [...]. O que significa literalmente, no santuário do coração, no íntimo da consciência, todos estarão unidos direta e imediatamente a Deus. (JOSAPHAT, 2012, p. 373).

Por isto, o discernimento deve ser constante na vida do fiel, que na retidão de consciência, deseja responder à voz de Deus.

O fiel cristão deve entender que

o discernimento não é necessário apenas em momentos extraordinários, quando temos de resolver problemas graves ou quando se deve tomar uma decisão crucial; mas é um instrumento de luta, para seguir melhor o Senhor. É-nos sempre útil, para sermos capazes de reconhecer os tempos de Deus e a sua graça, para não desperdiçarmos as inspirações do Senhor, para não ignorarmos o seu convite a crescer. Frequentemente isto decide-se nas coisas pequenas, no que parece irrelevante, porque a magnanimidade mostra-se nas coisas simples e diárias. (FRANCISCO, 2018, n. 169).

O alvo correto é tentar entender qual a vontade de Deus e a partir dela lutar para que a realidade de Deus se manifeste em toda a parte como a realidade última, pois, a origem da ética cristã não é a realidade do próprio eu, nem a realidade do mundo, tampouco a realidade das normas e valores, mas a realidade de Deus na sua revelação em Jesus Cristo (BONHOEFFER, 2001). Portanto,

o discernimento ético é uma reflexão consciente e atenta, em vista do agir, que procura responder à seguinte pergunta: ‘Qual é meu dever moral, qual é minha atitude mais sábia e realizadora?’ ou, em linguagem cristã: ‘Qual é a vontade de Deus – a partir dos valores morais fundamentais – aqui e agora, nesta situação concreta?’ (KONZEN, 2001, p. 190).

O importante é identificar elementos que possam favorecer o crescimento humano e espiritual, e,

ajudar a encontrar caminhos possíveis de resposta a Deus e de crescimento no meio dos limites. Lembremo-nos de que um pequeno passo, no meio de grandes limitações humanas, pode ser mais agradável a Deus do que a vida externamente correta de quem transcorre os seus dias sem enfrentar sérias dificuldades. (FRANCISCO, 2016, n. 305).

Pelo processo de discernimento ético acontece o processo de maturidade da vida humana, a pessoa toma decisões, assimila de modo subjetivo os valores e as normas morais, que orienta a tomada de decisões pessoais, transformando os valores objetivos em atitudes ou comportamentos pessoais.

O discernimento da verdade é dinâmico, não se fecha em decisões finais, deve permanecer sempre aberto para novas etapas de crescimento e novas decisões que permitam realizar o ideal de forma mais completa (FRANCISCO, 2016, n. 303). A verdade moral concreta não atingirá uma certeza, a pessoa não terá uma clareza definitiva sobre o reto agir em determinada ação concreta, existe sempre uma abertura. Neste processo de abertura, a pessoa deverá responder do modo mais perfeito possível à vontade de Deus, como afirma o Papa Francisco:

Uma vez que na própria lei não há gradualidade (FC, n.34), este discernimento não poderá jamais prescindir das exigências evangélicas de verdade e caridade propostas pela Igreja. Para que isto aconteça, devem garantir-se as necessárias condições de humildade, privacidade, amor à Igreja e à sua doutrina, na busca sincera da vontade de Deus e no desejo de chegar a uma resposta mais perfeita à mesma. (FRANCISCO, 2016, n.300).

O discernimento da consciência consiste em uma ação dinâmica, como afirma o Papa Francisco: “Quando uma pessoa assume esta dinâmica, não deixa anestesiar a sua consciência e abre-se generosamente ao discernimento.” (FRANCISCO, 2018, n. 174). Para Fumagalli, “o discernimento moral foge à lógica binária do ‘absolutamente sim ou do absolutamente não’, correspondendo justamente à lógica do *magis*, do ‘mais’, a qual comporta escolher o melhor.” (FUMAGALLI, 2019, p. 66).

Na exortação apostólica *Fratelli Tutti* o Papa Francisco apresenta vários questionamentos que favorecem o discernimento:

É possível prestar atenção à verdade, buscar a verdade que corresponde à nossa realidade mais profunda? Que é a lei sem a convicção, alcançada através dum longo caminho de reflexão e sabedoria, de que cada ser humano é sacro e inviolável? Para que uma sociedade tenha futuro, é preciso ter maturado um vivo respeito pela verdade da dignidade humana, à qual nos submetemos. (FRANCISCO, 2020, n. 207).

No processo gradual do crescimento da vida cristã, o discernimento do melhor não acontece na simples aplicação da lei geral ao caso particular, porque exige a correspondência à potencialidade do sujeito tornada presente pelo Espírito Santo e situada à liberdade pessoal. O discernimento particular não é desfazer da norma moral, mas o reconhecimento do bem melhor para cumprir nas situações concretas; como ensina São Tomás de Aquino, “a lei vale na maior parte dos casos, não, portanto, em todos os possíveis.” (TOMÁS DE AQUINO, I-II, 94, 4).

A “condição essencial para avançar no discernimento é educar-se para a paciência de Deus e os seus tempos, que nunca são os nossos.” (FRANCISCO, 2018, n. 174). Na exortação *Amoris Laetitia* o Papa expressa a importância de uma formação adequada e do envolvimento do sujeito em seu processo de discernimento ético. O Papa Francisco exorta o magistério da Igreja a uma “salutar reação de autocrítica” (FRANCISCO, 2016, n. 36) e lamenta, de fato,

nos custa deixar espaço à consciência dos fiéis, que muitas vezes respondem o melhor que podem ao Evangelho no meio dos seus limites e são capazes de realizar o seu próprio discernimento perante situações em que se rompem todos os esquemas. Somos chamados a formar as consciências, não a pretender substituí-las. (FRANCISCO, 2016, n. 37).

Toda escolha moral pressupõe que o comportamento seja responsável à luz do Espírito e não inteiramente condicionado pelo determinismo da obrigatoriedade. O magistério sempre ensinou que a ajuda e graça divinas são dadas aos seres humanos conforme Deus deseja e de acordo com a disposição e a cooperação de cada pessoa.

O discernimento leva à própria fonte da vida que não morre, isto é, conhecer o Pai, o único Deus verdadeiro, e a quem Ele enviou, Jesus Cristo (Jo 17,3). Não requer capacidades especiais nem está reservado aos mais inteligentes e instruídos; o Pai compraz-Se em manifestar-Se aos humildes (Mt 11,25). (FRANCISCO, 2018, n. 170).

Pelo discernimento ético a pessoa penetra a sua interioridade, dando sentido pleno ao verdadeiro bem a ser realizado e do amor a este bem. Quanto mais autêntico o discernimento, mais se manifesta o amor. O conteúdo da ética cristã discernido e assumido é o conhecimento amoroso, isto é, o conhecimento de quem está envolvido na práxis do seguimento de Jesus Cristo. Sabemos que o discernimento está diretamente relacionado com o agir da pessoa, ou seja, é a perfeição da capacidade de amar e fazer o bem e permite a pessoa de participar da sabedoria de Deus, “não como uma linguagem sugerida pela pessoa humana, mas ensinada pelo espírito.” (1Cor 2,3).

Num mundo fragmentado, a consciência moral de cada indivíduo deve ser educada, iluminada, formada, até que possa discernir com segurança e com convicção o bem a ser praticado. É na caridade que cada cristão deve produzir frutos para o mundo. Neste intuito, entendemos que o verdadeiro discernimento na reconstrução de um mundo fragmentado, se dará de forma autêntica à luz da fraternidade cristã.

3. Resgate do mundo fragmentado à luz da chave “fraternidade”

Assumir o paradigma da fraternidade, a partir de uma relação pautada pelo amor, implica na interconectividade entre os elementos de um conjunto, “onde ao mesmo tempo que cada um é respeitado no seu valor, ‘o todo é mais que

a parte, sendo também mais do que a simples soma delas’.” (FRANCISCO, 2020, n. 145);

consiste o não fechamento do sistema sobre si mesmo, buscando o essencial duma fraternidade aberta, que permite reconhecer, valorizar e amar todas as pessoas independentemente da sua proximidade física, do ponto da terra onde cada uma nasceu ou habita. (FRANCISCO, 2020, n. 1).

E a inexistência de comunidades em estado fechado, “para que a humanidade renasça com todos os rostos, todas as mãos e todas as vozes, livre das fronteiras que criamos.” (FRANCISCO, 2020, n. 35).

O mundo fragmentado pode ser constatado a partir dos contextos concretos desnudados pelas ciências ou pela própria realidade. Divisão esta constatada pelo Vaticano II ao denunciar que muitos muros já caíram, mas barreiras dos corações perduram. É difícil ainda erradicar preconceitos e divisões. (CONCÍLIO VATICANO II, UNITATIS REDINTEGRATIO, n. 1).

A enorme **desigualdade econômica** entre pobres e ricos, a **indiferença globalizada com os mais vulneráveis**, a **sujeição do humano à economia e às leis do mercado**, as várias modalidades de **manipulação**, o **uso político do destino das pessoas e da humanidade**, **estão entre os grandes pecados da humanidade**. Situações de violência que se multiplicam em muitas regiões do mundo, o que se poderia chamar uma “terceira guerra mundial por pedaços” (FRANCISCO, 2020, n. 25), caracterizam a fragmentação da sociedade globalizada.

Muitos têm medo dos desequilíbrios ecológicos, do aumento da violência, dos problemas econômicos e sociais provocados pela estrutura mundial em um mundo individualista, dividido e globalizado. O Pontífice sabe que, vivemos em um mundo onde estamos todos contra todos e que, neste contexto marcado pela competição, pelo individualismo e pela indiferença, não basta sermos solidários é preciso que sejamos fraternos, ou seja, avançar da solidariedade para a fraternidade, com “a consciência de que ou nos salvamos todos ou não se salva ninguém.” (FRANCISCO, 2020, nn.32.137). O Papa Francisco propõe à sociedade uma ética cristã com a incumbência de gerar fraternidade no ser humano em meio ao mundo fragmentado e às vezes incontrolável.

A enorme desigualdade entre ricos e pobres do mundo, coloca em discussão os esforços que se têm feito para conseguirem uma maior fraternidade entre as pessoas. As incertezas, inseguranças e muitas vezes o medo, têm se tornado o distintivo da sociedade atual. As inseguranças que brotam do modo de vida da sociedade atual aumentam a preocupação com o qual não poucas pessoas olham para o futuro. Pessoas e grupos questionam o modelo de sociedade baseado no individualismo, no consumismo, na exploração e no lucro a qualquer custo.

É preciso um discernimento ético com uma proposta construída sob o olhar amoroso de Deus, orientado para que as pessoas assumam compromissos em defesa da fraternidade:

As pessoas cristãs são conclamadas a viver irrepreensíveis em amor (Ef 1,4), a zelar pela unidade (Ef 4,1-6), a viver em aperfeiçoamento e fortalecimento do amor (Ef 3,17-19; cf. Ef 4,12). Os ensinamentos de Jesus nos Evangelhos nos comprometem à prática do amor (Jo 15,12-13; Mt 5,43-46a), do diálogo (Lc 19,1-10; Mc 7,24-30; Jo 4,1-26), do perdão (Lc 11,1-4; Jo 8,1-11), da compaixão (Lc 13,10-17; Mc 5,25-43), do convívio (Jo 4,39-42; Jo 2,1-11). (CAMPANHA DA FRATERNIDADE ECUMÊNICA, 2021, n. 132).

A fraternidade é um valor cristão, expressão de paz, de realização humana e de plenitude. A fraternidade é valor permanente na vida de cada pessoa criada à imagem e semelhança de Deus.

Com a consciência de um mundo fragmentado, a responsabilidade social aumenta consideravelmente, também o revigoramento de valores como a solidariedade, a cooperação e a empatia. A garantia do nosso futuro está na solidariedade e cooperação. Sem o discernimento ético a partir do paradigma da fraternidade, sem a confiança, a justiça social e a solidariedade mundial não poderemos restaurar o que está fragmentado.

Diante destas questões, a ética cristã e a Igreja não podem limitar-se a assumir um comportamento crítico diante dos conflitos que a cultura moderna se encarrega de levantar, mas estabelecer um discurso ético que discerne, detecta, desmascara e examina as realizações não autênticas da prática humana. Devem também colaborar na tentativa exaustiva de definir a responsabilidade do homem a respeito da distribuição dos bens naturais ou do bem comum de forma igual, ou

seja, têm a função utópica, de propor um ideal formativo para a construção da história humana. Somente assim os homens podem sentir que a Igreja participa das inseguranças de suas vidas e que, também esta, colabora para encontrar soluções dos conflitos de hoje em dia.

Para isto, são importantes as palavras do Concílio Vaticano II que revela a “íntima união da Igreja com toda a família humana”:

As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo; e não há realidade alguma verdadeiramente humana que não encontre eco no seu coração. (GS, n. 1).

Cabe ao ser humano estabelecer uma ordem política, social e econômica, que o sirva cada vez melhor e ajude indivíduos e grupos a afirmarem e desenvolverem a própria dignidade. (GS, n. 4). Assim surge a ética cristã que reflete sobre a integridade da pessoa humana derivante da sua relação com Cristo. A existência é agora adequadamente definida como “ser em Cristo”, isto é, Cristo deve tomar forma em mim pelo fato de eu construir minha vida através dos seus ideais. “Luz dos povos” (*Lumen Gentium*), Cristo é esta luz para todos os povos, esta luz chega às pessoas por meio do anúncio, que se “encarna” em uma vivência moral.

A fonte e o fundamento para poder conseguir defender a dignidade da pessoa e a vida social justa é a fraternidade, porém, infelizmente, como afirma o Papa Francisco, “o reconhecimento da dignidade peculiar do ser humano contrasta frequentemente com a vida caótica que têm de fazer as pessoas nas nossas cidades.” (FRANCISCO, 2015, n. 154). Remeter-se à fraternidade, ao projetar o comportamento das pessoas, é remeter-se à raiz da ética cristã, que temos que compreender e viver desde sua profunda dimensão social e política, que afeta todo o dinamismo da vida cristã. Inspirados na caridade, poderemos realizar a obra da justiça (ALBURQUERQUE, 2006).

Em Aparecida os bispos afirmam que vivemos uma profunda mudança de época em seus diversos níveis, cultural, econômico, tecnológico etc. As variações sociais, econômicas e tecnológicas estão na base da profunda vivência do tempo, trazendo concepções de inconsistência, insegurança e instabilidade. Deixa-se de

lado a preocupação pelo bem comum para dar lugar à realização imediata dos desejos dos indivíduos (CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO, Aparecida - DAp, nn. 44-45).

Papa Francisco alerta sobre a política de exclusão:

Gostaria de assinalar que muitas vezes falta uma consciência clara dos problemas que afetam particularmente os excluídos. Estes são a maioria do planeta, milhares de milhões de pessoas. Hoje são mencionados nos debates políticos e econômicos internacionais, mas com frequência parece que os seus problemas são colocados como um apêndice, como uma questão que se acrescenta quase por obrigação ou periféricamente, quando não são considerados meros danos colaterais. (FRANCISCO, 2015, n. 49).

Um dos instrumentos de atividade da ética cristã para a leitura social atual é o paradigma da “Fraternidade”. O modelo da fraternidade não tem a intenção de propor um modelo preciso de sociedade, mesmo porque ela não tem soluções técnicas para oferecer. A fraternidade expressa a dignidade de todas as pessoas, consideradas irmãos e irmãs, iguais e de plenos direitos. É a fraternidade que nos torna reciprocamente uns responsáveis pelos outros, por ela as pessoas não podem mais basear suas vidas sobre as coisas, mas sobre as relações de amor que mantêm em comunhão umas com as outras.

A fraternidade nos impede de sermos indiferentes diante da gritante necessidade de irmãos e irmãs que sofrem por vários motivos, da enorme disparidade econômica entre pobres e ricos, da indiferença globalizada com os mais vulneráveis. A fraternidade resulta do amor e provoca mudança interna nas pessoas. A fraternidade é um valor basilar das relações, com a necessidade do homem de sair de si mesmo, de se realizar na entrega, no encontro com os demais.

Fraternidade é uma construção ética, não é espontânea, não é uma imposição da natureza; é uma categoria próxima que ultrapassa todas as barreiras do egoísmo, da indiferença, do individualismo etc., pois, toda a pretensão de cuidar e melhorar o mundo requer mudanças profundas nos estilos de vida (FRANCISCO, 2015, n. 5).

O discernimento cristão à luz da fraternidade, propõe princípios orientadores para o bem social. São princípios fundamentados na fé e na ética

cristã em favor da dignidade humana, em vista do desenvolvimento social, a partir do próprio homem. Pela fraternidade afirma-se que o homem é o protagonista, o centro e o fim de toda a vida em comunidade. A aceitação da fraternidade como princípio básico fornece uma chave essencial para criar um autêntico caminho de justiça, de respeito e de comunhão, impedindo que o homem seja ferido em sua dignidade.

Conclusão

O presente artigo sobre o discernimento ético no magistério do Papa Francisco pretendeu salientar a importância central que o atual pontífice dá aos processos humanos no acompanhamento pastoral das pessoas na complexidade das situações em que se encontram. Embora no magistério eclesial esse tema já era presente, com Francisco essa questão é colocada em primeira ordem para a reflexão teológica. Para ele, a chave para se compreender o dinamismo real e concreto das pessoas é o discernimento como categoria bíblica e teológica.

Em linhas gerais, Francisco assume o paradigma teológico do discernimento como chave antropológica. Para ele, o discernimento além de ser um elemento fundamental da tradição cristã é antes de tudo uma forma natural ou espontânea que cada pessoa busca fazer para ter que decidir de maneira acertada nas condições em que se vive. O discernimento, deste modo revela sempre algo paradoxal e complexo presente no ser humano a ser praticado. Para o Papa é necessário que a Igreja assuma essa perspectiva para se aproximar da vida real das pessoas, onde as grandes questões emergem de suas consciências.

Para ele, esse é o caminho ou atitude que se deve tomar em vista da superação de uma visão moral simplesmente legalista, rigorista enquanto superestimação ou valorização do aspecto objetivo em detrimento do real vivido pelas pessoas. Encontra-se no rico pontificado de Francisco, uma orientação teológica de caráter indutivo e concreto que assume a dimensão da experiência humana enquanto *locus* da revelação e da fé.

Dentro dessa perspectiva enriquecedora é que o discernimento para Francisco assume uma característica bem particular: a de sugerir ao sujeito

cristão a responsabilidade pelo seu próprio agir. Pela responsabilidade a pessoa responde a si, em sua própria consciência pelo seu destino e já vai exercendo o discernimento mediante o agir. Esse é um caminho a ser realizado individualmente embora no contexto da coletividade maior que transcende a pessoa, e, para o cristão, na mediação eclesial. O exercício do discernimento responsável sendo um caminho ardoroso, envolve a pessoa no seu todo em busca de gerar passos para o amadurecimento. Segundo Francisco, esse itinerário deve ajudar a encontrar caminhos possíveis de resposta a Deus e de crescimento no meio dos limites. Um pequeno passo, no meio de grandes limitações humanas, pode ser mais agradável a Deus do que a vida externamente correta de quem transcorre os seus dias sem enfrentar sérias dificuldades (FRANCISCO, 2016, n. 305).

Além da responsabilidade do sujeito cristão no dinamismo do discernimento, o Papa Francisco também alude a uma outra questão que de um certo modo interfere no processo prudencial do discernimento pessoal: a superação da fragmentação mediante uma cultura da fraternidade. O Papa reconhece que um processo coerente e sereno de discernimento só pode dar-se num clima que favoreça a integração da pessoa numa cultura que favoreça a fraternidade, dom maior do cristianismo em chave social. Remeter-se à fraternidade, ao projetar o comportamento das pessoas, é remeter-se à raiz da ética cristã, que temos que compreender e viver desde sua profunda dimensão social e política, que afeta todo o dinamismo da vida cristã.

Assim, em Francisco encontra-se uma retomada da teologia do discernimento a partir da perspectiva de responsabilidade do sujeito e da fraternidade cristã. Este é um tema que o Papa coloca em um local de destaque no seu pontificado junto com a sinodalidade, o diálogo, a preocupação com a casa comum e o acompanhamento pastoral das pessoas. Há uma consciência de que é pelo discernimento da consciência que a pessoa é chamada a dar uma resposta a Deus a partir de suas condições e contextos.

REFERÊNCIAS

ALBURQUERQUE, Eugenio. **Moral social cristiana**: camino de liberación y de justicia. Madri: San Pablo editorial, 2006.

BLANCO, Pablo A. O projeto moral do Papa Francisco: sete lugares como desafios atuais. In: ZACHARIAS, Ronaldo; MILLEN, Maria Inês de Castro (organizadores). **A moral do Papa Francisco**. Um projeto a partir dos descartados. Aparecida: Santuário, 2020, p. 19-54.

BONHOEFFER, Dietrich. **Ética**. São Leopoldo: Sinodal, 2001.

CAMPANHA DA FRATERNIDADE ECUMÊNICA 2021. **Fraternidade e diálogo: compromisso de amor**. Brasília: Edições CNBB, 2021.

CASTILLO, José M. “Imitação de Cristo” e “Caminho”: do discernimento “privatizado” à anulação do discernimento. Vaticano: **Revista Concilium**. A consciência crítica na Igreja. O discernimento cristão, n. 139, v. 9, 1978, pp. 36-46.

COMPÊNDIO DO VATICANO II. **Gaudium et spes**. Constituição Pastoral sobre a Igreja no mundo atual. In: Vaticano II: mensagens, discursos e documentos. São Paulo: Paulinas, 2007.

CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO. **Discípulos e missionários de Jesus Cristo para que nele nossos povos tenham vida**. V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, Aparecida, Brasil. São Paulo: Paulinas/Paulus, 2009.

DEMMER, Klaus. **Interpretare e agire. Fondamenti dela morale Cristiana**. Cinisello Balsamo: Edizioni Paoline, 1989.

FRANCISCO. Exortação Apostólica **Evangeli Gaudium**. Sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual. São Paulo: Loyola/Paulus, 2013.

FRANCISCO. Carta Encíclica **Laudato Si**. Sobre o cuidado da casa comum. São Paulo: Loyola/Paulus. 2015.

FRANCISCO. Constituição Pós-Sinodal **Amoris Laetitia**. Sobre o amor na família. São Paulo: Paulinas, 2016.

FRANCISCO. Exortação Apostólica **Gaudete et Exsultate**. Sobre o chamado à santidade no mundo atual. São Paulo: Loyola, 2018.

FRANCISCO. Carta Encíclica **Fratelli Tutti**. Sobre a fraternidade e a amizade social. São Paulo: Paulus, 2020.

FUMAGALLI, Aristide. **Caminhar no amor**: A teologia moral do Papa Francisco. Coleção A teologia do Papa Francisco. Brasília: Edições CNBB, vol. 7, 2019.

HOEPERS, Dom Ricardo. Teologia Moral: um olhar para frente. Taubaté: **Teologia em Questão**. v.35, p. 12-37, 2019. Disponível em: <https://tq.dehoniana.com/tq/index.php/tq/article/view/253/214>. Acesso em: 15 abr. 2021.

JOSAPHAT, Frei Carlos. “Todos serão teodidatas” (Jo 6,45): docilidade ao Espírito, autenticidade da consciência e obediência à Igreja. Belo Horizonte: **Perspectiva Teológica**, v. 44, n. 124, p. 373-398, Set/Dez 2012.

KONZEN, João Aloysio. **Ética teológica fundamental**. Paulinas: São Paulo, 2001.

MAJORANO, Sabatino. **A consciência. Uma visão cristã**. Aparecida: Santuário, 2000. v. 4.

MAUSBACH, G. **Teologia morale**, ed. revista e reelaborada por G. ERMECKE, I, Edizione Paoline, Alba, 1956.

MAY, Roy H. **Discernimento moral**. Uma introdução à ética cristã. São Leopoldo: Sinodal, 2008.

MIRANDA, Vicente. Consciência moral. *In*: VIDAL, Marciano, et al., **Ética teológica: conceitos fundamentais**. Petrópolis: Vozes, 1999, pp. 287-309.

RAMÓN, G. de Haro. **Legge, coscienza e libertà**. Milano: Ares, 1984.

TOMÁS DE AQUINO. **Suma contra os gentios**. Porto Alegre: Sulina, 1990.

XIV ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO SÍNODO DOS BISPOS, **Relatio Finalis**. 24 de outubro de 2015.

ZACHARIAS, Ronaldo. Amoris Laetitia: um “sim” radical à pastoralidade da teologia moral. Belo Horizonte: **Perspectiva Teológica**, v. 53, n. 1, p. 17-39, jan. /abr. 2021.

ZACHARIAS, Ronaldo. Repensando a moral sexual. Uma leitura da sexualidade à luz dos fundamentos da moralidade propostos por Francisco. *In*: **A moral do Papa Francisco**. Um projeto a partir dos descartados. Aparecida: Santuário, 2020, p. 283-329.